



REGULAMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DO CENTRO SAGRADA FAMÍLIA (RGPD-CSF)

1. O Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais é a Fundação Obra Social das Religiosas Irlandesas aqui representada pelo Centro Sagrada Família e o mesmo pode ser contactado através do endereço postal Rua António Luís Gomes, nº 9 1494-129 Algés ou em alternativa pelo telefone 214102422 e endereço de correio eletrónico geral@csagradafamilia.pt.
2. O Encarregado da Proteção de Dados (EPD) pode ser contactado através do endereço postal ou, diretamente, através do email: epd@csagradafamilia.pt
3. As finalidades e destinatários do tratamento dos Dados Pessoais facultados são:

Titulares de dados pessoais	Finalidades	Destinatários
Alunos e pais/ encarregado de educação	Candidatura e inscrição de alunos; Acompanhamento das atividades educativas e registos associados; Bem-estar da criança (incluindo assistência médica); Envio de circulares informativas; Cumprimento de outras obrigações legais.	Direção e equipa de coordenação; Equipa pedagógica; Equipa administrativa; Responsáveis de atividades extracurriculares; Instituto de Segurança Social Ministério da Educação
Formandos	Candidatura e inscrição de formandos; Acompanhamento da atividade formativa e registos associados; Processo de certificação da formação; Cumprimento de outras obrigações legais.	Direção e equipa de coordenação; Equipa técnica e pedagógica da formação; Equipa administrativa; Formadores; Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho.
Beneficiários de apoios	Candidatura e inscrição de beneficiários de apoio social; Acompanhamento da atividade social e registos associados; Comunicação de dados às entidades parceiras; Cumprimento de outras obrigações legais.	Direção e equipa de coordenação; Equipa de apoio social; Equipa administrativa; Instituto de Segurança Social; Outras instituições de apoio social.
Voluntários	Candidatura e inscrição de voluntários; Acompanhamento da atividade de voluntariado e registos associados; Cumprimento de outras obrigações legais.	Direção e equipa de coordenação; Equipa administrativa;



Estagiários e contratos de emprego e inserção (CEI)	Candidatura e inscrição de estagiário ou CEI; Acompanhamento da atividade e registos associados; Comunicação de dados às entidades parceiras; Cumprimento de outras obrigações legais.	Direção e equipa de coordenação; Equipa administrativa; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Escolas ou entidades de origem dos estagiários.
Todos	Promoção de atividades e eventos dirigidos à comunidade	Equipa administrativa e comunicação

4. Sem prejuízo de disposições legais ou regulamentares em contrário, nomeadamente da Portaria n.º 1310/2005 de 21 de dezembro, os Dados Pessoais serão conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha.
5. O Titular dos Dados tem o direito de apresentar reclamação a uma Autoridade de Controlo da União Europeia em relação à proteção dos seus Dados Pessoais. O Centro Sagrada Família prestará a sua colaboração à Autoridade de Controlo facultando-lhe todas as informações que por esta, no exercício das suas competências, lhe forem solicitadas.
6. O Responsável pelo Tratamento de Dados aplica medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança ao risco, de forma a manter a integridade e a confidencialidade dos Dados Pessoais conservados ou transmitidos, bem como a segurança dos serviços conexos oferecidos ou acessíveis através destas redes, sistemas, políticas e procedimentos.
7. Nas trocas de informação via eletrónica, porque os seus dados poderão circular em rede aberta correm o risco de serem vistos e utilizados por terceiros não autorizados.
8. Carece de consentimento o tratamento posterior dos Dados Pessoais para um fim que não seja aquele para o qual os dados tenham sido recolhidos, antes desse tratamento o Responsável fornece ao Titular dos Dados informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes.
9. O Centro Sagrada Família reserva para si o direito de contactar em caso de emergência ou na existência de um risco adverso para os direitos e liberdades de menores, o Responsável Parental, o Encarregado de Educação ou qualquer outro titular relacionado com o menor, independentemente do seu consentimento.
10. Embora a informação fornecida seja tratada como privada no Centro Sagrada Família, os dados recolhidos serão utilizados em conformidade com o regulamento de proteção de dados pessoais, durante todo o processo de tratamento; pode, no entanto, ser necessário transferir Dados Pessoais de forma privada para outros órgãos, nomeadamente, o Ministério da Educação, a Segurança Social ou outras entidades, tal como descrito no ponto 3.
11. No caso de alunos, o Encarregado da Educação informa que possui autorização dos respetivos titulares a contactar em caso de urgência em relação aos dados pessoais facultados ao Centro Sagrada Família.



12. O preenchimento ou fornecimento dos dados solicitados é de carácter obrigatório, podendo a falta ou inexactidão das respostas dadas comprometer o serviço prestado.

13. Quando cessa o contrato/relação de prestação de serviços, o Centro Sagrada Família só utilizará os dados dos titulares para a divulgação de atividades do Centro, ou a pedido do próprio e de entidades competentes.

14. O Centro Sagrada Família mantém fotografias e vídeos dos seus eventos, ao longo dos anos, de forma a criar um histórico das atividades do Centro. A publicação destas imagens em página web ou outras publicações dirigidas à comunidade, implicarão o consentimento explícito por parte dos titulares.

15. No momento da recolha dos dados, o seu titular tem direito a receber as seguintes informações:
 - finalidades e fundamento jurídico para o tratamento;
 - destinatários dos dados (instituições/organismos a que irão ser transmitidos);
 - identidade e contatos do responsável pelo seu tratamento;
 - prazo de conservação dos dados pessoais;
 - direito a reclamar para a CNPD;

16. Direitos dos titulares dos dados de acordo com a nova legislação
 - direito de informação (artigos 13º e 14º)
 - direito de acesso (artigo 15º)
 - direito à retificação (artigo 16º)
 - direito ao esquecimento (artigo 17º)
 - direito à limitação dos dados – inserção de marca – (artigo 18º)
 - direito a ser notificado da retificação, apagamento e limitação (artigo 19º)
 - direito à portabilidade dos dados (artigo 20º)
 - direito de oposição (artigo 21º)
 - direito a não ficar sujeito a decisões automatizadas (artigo 22º)